

RECURSO ESPECIAL Nº 1.640.573 - PE (2016/0312352-7)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : LIVIA MARTINS ESTRELA
ADVOGADOS : ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS DE VASCONCELOS -
PE020304
BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA E OUTRO(S) -
PE019805
RENATO LUDMER GUEDES ALCOFORADO - PE021157
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE ARGUMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. NÃO FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. OPÇÃO DE RECEBIMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE ACORDO COM A RFFSA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO DE SIMILITUDE FÁTICA. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LIVIA MARTINS ESTRELA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (fl. 286):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE DA UNIÃO E DO INSS. MANUTENÇÃO DOS CRITÉRIOS DE EQUIPARAÇÃO SEGUNDO AS CONDIÇÕES VIGENTES AO TEMPO DE APOSENTAÇÃO DO INSTITUIDOR E DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.186/91. EX-FERROVIÁRIO ADMITIDO NA CBTU EM 1989 E APOSENTADO EM 2009. PARIDADE COM REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ATIVA DA CBTU. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTE DA TURMA AMPLIADA. APELOS DA UNIÃO E DO INSS E REMESSA OFICIAL PROVIDAS. ISENÇÃO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUSTIÇA GRATUITA. APELO DA PARTE AUTORA PREJUDICADO.

Embargos rejeitados.

O recorrente alega violação do artigo 1.022 do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 1º, 2º, 4º e 5º da Lei n. 8.186/1991 e 1º da Lei n. 10.478/2002, e dissídio jurisprudencial, alegando que o a) o benefício deve tomar como base cargo equivalente da empresa pública (CBTU), suscita que é evidente que o benefício deve tomar como base cargo equivalente desta empresa pública; b) a VALEC sucedeu legalmente a RFFSA alocando os funcionários em quadro especial e, nessa circunstância, o recorrente formulou pedido para que sua remuneração

fosse equiparada ao caso do paradigma do quadro especial ainda em atividade; c) faz jus à declaração do direito à equiparação de sua remuneração de aposentadoria à remuneração do pessoal da ativa, ainda que tenha se aposentado pela CBTU para fins de fixação do benefício de complementação." (e-STJ 375).

Assevera também que o fato de ter assinado os formulários referentes à opção em receber a complementação de aposentadoria, tendo como referência a tabela salarial dessa empresa, não gera qualquer repercussão em sua aposentadoria, *"tendo em vista que o processo administrativo do benefício é padronizado, não sendo dada a possibilidade de discussões jurídicas a respeito da tabela de utilização"*.

O recorrente pleiteia por final o provimento do recurso, a fim de que lhe seja reconhecido *"o direito de obter a sua complementação de aposentadoria com base nas tabelas salariais da TRENSURB, com o valor correspondente ao cargo de Operador de Máquina de Via e Terraplanagem, mantendo a remuneração do Recorrente como se na ativa estivesse"* (fl. 360).

Contrarrazões oferecidas às fls. 381/415.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 420/421.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, não se conhece da suposta afronta ao artigo 1.022 do CPC/2015, pois o recorrente não apresentou qualquer argumento a ensejar a apreciação da ofensa ao referido normativo. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

Colhe-se dos autos que o recorrente desde a origem se insurge contra acórdão que julgou procedente ação ordinária ajuizada pela União, objetivando a revisão da complementação da aposentadoria do autor com fundamento nas Leis n. 8.186/91 e 10.478/02, para assegurar o pagamento, a título de complementação de aposentadoria, de modo assegurar a paridade entre proventos e remuneração do pessoal em atividade na CBTU.

O Tribunal de origem manteve a sentença de improcedência do pedido ao fundamento de que (e-STJ 270/272):

[...]

Objetiva a autora, ora apelada, na condição de pensionista de ex-funcionário da Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA transferido para o quadro de pessoal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, a concessão da complementação de seu benefício, observando-se, como paradigma para isonomia, a remuneração auferida pelos trabalhadores ocupantes de cargos em atividade na aludida Companhia e, conseqüentemente, afastando-se da referência os valores pagos na RFFSA, conforme atualmente ocorre.

Pois bem. Breve digressão normativa se faz necessária para promover a melhor compreensão da matéria em foco, a qual envolve os ferroviários, seus proventos e o devido reajuste.

Em outubro de 1969 foi editado o Decreto-lei nº 956, o qual, em atenção aos ferroviários, estipulou uma complementação de proventos a ser paga à conta do Tesouro Nacional.

Posteriormente, com a edição da Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991, esse direito à complementação de aposentadoria foi estendido aos ferroviários que, admitidos até 31/10/1969, aposentaram-se posteriormente ao advento do referido Decreto-lei, bem como aos ex-servidores públicos ou autárquicos que tivessem optado pelo regime celetista até 19 de maio de 1980 (artigos 1º e 3º da Lei nº 8.186/91).

Também ficou assentado como seria constituída tal complementação

de aposentadoria, bem como a necessidade de se observar a paridade entre o valor dos proventos percebidos pelos ferroviários inativos e a remuneração do cargo dos ferroviários em atividade, conforme dispôs o art. 2º, caput, da aludida Lei nº 8.186/91, in verbis:

Art. 2º Observadas as normas de concessão de benefícios da Lei Previdenciária, a complementação da aposentadoria devida pela União é constituída pela diferença entre o valor da aposentadoria paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o da remuneração do cargo correspondente ao do pessoal em atividade na RFFSA e suas subsidiárias, com a respectiva gratificação adicional por tempo de serviço.

Na sequência dessa evolução legislativa, a Lei nº 10.478, de 28/06/2002 estendeu o direito à complementação de aposentadoria na forma disposta no aludido art. 1º da Lei nº 8.186/91 aos ferroviários admitidos até 21/05/1991 pela RFFSA e subsidiárias.

[...]

É de ver-se, pois, que apenas os ferroviários admitidos até 21/05/1991 pela RFFSA e subsidiárias fazem jus à complementação de aposentadoria, que será paga pela União, nos termos do art. 2º, caput, e com vistas a assegurar o primado da igualdade.

Encerrado o seu processo de liquidação, a RFFSA foi extinta em 31 de maio de 2007 pela Lei nº 11.483/2007.

A partir de então, a União sucedeu a Rede Ferroviária nos direitos, obrigações e ações judiciais (art. 2º) e os contratos de trabalho dos empregados ativos da extinta RFFSA, **integrantes do quadro de pessoal próprio, foram transferidos para a VALEC, sendo alocados em quadros de pessoal especiais, preservando-se a condição de ferroviário e os direitos assegurados pelas Leis nº 8.186/91 e nº 10.478/2002, não se comunicando, em qualquer hipótese, com o plano de cargos e salários da VALEC, nos termos do art. 17, I, "a", da Lei nº 11.483/2007.**

[...]

Logo, à vista desse conjunto normativo, os ex-ferroviários admitidos até 21/05/1991 pela RFFSA e subsidiárias fazem jus à complementação de aposentadoria e à paridade de remuneração, a qual terá como parâmetro os valores previstos no plano de cargos e salários dos empregados da extinta RFFSA que foram alocados em quadros de pessoal especial da VALEC.

Fixadas tais premissas e analisando a situação fática delineada nos autos, constata-se que a autora é pensionista de ex-ferroviário admitido na CBTU, na época subsidiária da RFFSA, e aposentado nessa Companhia.

Ante tal condição fática, defende a autora/recorrente, como dito, que tem direito à complementação de aposentadoria, nos termos da Lei nº 8.186/91, com a observância da tabela salarial utilizada para pagamento do pessoal da ativa da CBTU.

Tal pretensão, porém, não prospera.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 8.186/91 c/c o art. 118, I, §1º, da Lei nº 10.233/2010, **acima referenciados, a complementação de aposentadoria devida aos ferroviários remanescentes da extinta RFFSA e suas subsidiárias deve observar, repita-se, os valores previstos no plano de cargos e salários dos empregados da extinta RFFSA que foram transferidos para a VALEC e alocados em quadros de pessoal especial, ou seja, a referência é a "remuneração do cargo correspondente ao do pessoal em atividade na RFFSA", e não remuneração dos empregados da VALEC ou mesmo da CBTU. (grifei)**

Ocorre que o recorrente em suas razões limita-se a reiterar argumentos de apelação no sentido de que "o ex- ferroviário que se aposentou pela CBTU deve ter seu benefício calculado com base nos salários pagos aos servidores ativos da CTBU, suscitando que não há razões para que seus proventos tenham como paradigma salários pagos ao pessoal da ativa da VALEC, sucessora da extinta RFFSA".

Como se vê, o *decisium* foi julgado ao fundamento de que: "*a complementação de aposentadoria devida aos ferroviários remanescentes da extinta RFFSA e suas subsidiárias deve observar, repita-se, os valores previstos no plano de cargos e salários dos empregados da extinta RFFSA que foram transferidos para a VALEC e alocados em quadros de pessoal especial, ou seja, a referência é a "remuneração do cargo correspondente ao do pessoal em atividade na RFFSA"*".

Assim, a referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese a Súmula 283/STF.

Anota-se que a situação que se assemelha ao caso dos autos, inclusive com o mesmo patrono, o Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que a alteração das conclusões firmadas no voto condutor, para reconhecer "o direito de obter a complementação de aposentadoria com base nas tabelas salariais da CBTU, tal como sustentado pelo recorrente, encontra óbice no teor da Súmula 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. OPÇÃO DE RECEBIMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE ACORDO COM A RFFSA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO DE SIMILITUDE FÁTICA. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

II – In casu, rever o entendimento do tribunal de origem, que consignou que o Recorrente **firmou termo de opção, declarando consentir em receber a complementação de aposentadoria de acordo com as regras da RFFSA, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.**

V – Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1604771/RS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 6/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EX-FERROVIÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI Nº 8.186/1991. TABELA DA RFFSA. TRENSURB. OPÇÃO DO APOSENTADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

2. O Tribunal de origem, ao analisar o presente caso, com base no conjunto fático-probatório, concluiu que **o agravante firmou termo de opção em que expressamente declara estar de acordo em receber a complementação de aposentadoria tendo como referência a tabela salarial da RFFSA.**

3. Deste modo, rever a decisão do Tribunal de origem, demandaria o

necessário revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do constante na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.628.827/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13/3/2017)

Por fim, *"o óbice da Súmula 7 do STJ atinge também o Recurso Especial interposto com fundamento na alínea c do inciso III do artigo 105 da Constituição da República, porque impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa"* (REsp 1666580/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/6/2017).

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator

